

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVII

FLORIANÓPOLIS, 21 DE JUNHO DE 2018

NÚMERO 7.295

## MESA

Aldo Schneider  
**PRESIDENTE**

Silvio Dreveck  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Mário Marcondes  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Dirce Heiderscheidt  
**2ª SECRETÁRIA**

Ana Paula Lima  
**3ª SECRETÁRIA**

Maurício Eskudlark  
**4º SECRETÁRIO**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Valdir Cobalchini  
Vice-Líder: Mauricio Eskudlark

## PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Carlos Chiodini

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Milton Hobus

**BLOCO PARLAMENTAR  
PP, PR, PSB, PODEMOS**  
Líder: José Milton Scheffer

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Leonel Pavan

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: Cesar Valduga

**PARTIDO SOCIAL CRISTÃO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Rodrigo Minotto

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jean Kuhlmann - Presidente  
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente  
Mauro de Nadal  
Ricardo Guidi  
Darci de Matos  
Dirceu Dresch  
João Amin  
Marcos Vieira  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente  
Marcos Vieira – Vice-Presidente  
Luiz Fernando Vampiro  
Antônio Aguiar  
Cesar Valduga  
Moacir Sopelsa  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
José Milton Scheffer – Vice-Presidente  
Luiz Fernando Vampiro  
Leonel Pavan  
Carlos Chiodini  
Gabriel Ribeiro  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente  
Cesar Valduga – Vice-Presidente  
Dirceu Dresch  
Ada Faraco de Luca  
Fernando Coruja  
Jean Kuhlmann  
Valmir Comin

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Guidi - Presidente  
Serafim Venzon – Vice-Presidente  
Luciane Carminatti  
Moacir Sopelsa  
Romildo Titon  
Cleiton Salvaro  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente  
Neodi Saretta – Vice-Presidente  
Mauro de Nadal  
Ada Faraco de Luca  
Gelson Merisio  
Valmir Comin  
Leonel Pavan

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Milton Hobus – Vice-Presidente  
Luiz Fernando Vampiro  
Luciane Carminatti  
Carlos Chiodini  
Gabriel Ribeiro  
José Milton Scheffer  
Patricio Destro  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente  
Moacir Sopelsa – Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
Marcos Vieira  
Valdir Cobalchini  
Pe. Pedro Baldissera  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cleiton Salvaro - Presidente  
Dirceu Dresch – Vice-Presidente  
Carlos Chiodini  
Jean Kuhlmann  
Valmir Comin  
Leonel Pavan  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Valdir Cobalchini - Presidente  
Ricardo Guidi – Vice-Presidente  
Ada Faraco de Luca  
Neodi Saretta  
João Amin  
Leonel Pavan  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Mauro de Nadal - Presidente  
Narcizo Parisotto – Vice-Presidente  
Luciane Carminatti  
Fernando Coruja  
Gelson Merisio  
Ismael dos Santos  
Valmir Comin  
Cleiton Salvaro  
Dr. Vicente Caropreso

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Fernando Coruja - Presidente  
Dirceu Dresch – Vice-Presidente  
Cesar Valduga  
Ada Faraco de Luca  
Gabriel Ribeiro  
Natalino Lázare  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente  
Ricardo Guidi – Vice-Presidente  
Carlos Chiodini  
Dirceu Dresch  
Patricio Destro  
Dr. Vicente Caropreso  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente  
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente  
Fernando Coruja  
Serafim Venzon  
Antônio Aguiar  
Natalino Lázare  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente  
Pe. Pedro Baldissera – Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Fernando Coruja  
Luiz Fernando Vampiro  
Valmir Comin  
Dr. Vicente Caropreso

### COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente  
Fernando Coruja – Vice-Presidente  
Mauro de Nadal  
José Milton Scheffer  
Serafim Venzon  
Antonio Aguiar  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patricio Destro - Presidente  
Milton Hobus – Vice-Presidente  
Moacir Sopelsa  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Dr. Vicente Caropreso  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dr. Vicente Caropreso - Presidente  
Fernando Coruja – Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Ada Faraco de Luca  
Neodi Saretta  
José Milton Scheffer  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Luciane Carminatti – Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
Serafim Venzon  
Romildo Titon  
Darci de Matos  
Natalino Lázare

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão.</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVII</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 064ª Sessão Ordinária realizada em 19/06/2018 ..... 2 Ata da 065ª Sessão Ordinária realizada em 19/06/2018 ..... 4 Ata da 066ª Sessão Ordinária realizada em 20/06/2018 ..... 6</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa ..... 8</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Ata de Comissão Permanente.. ..... 9 Aviso de Inscrição ..... 9 Aviso de Licitação ..... 9 Ofícios ..... 10 Portarias ..... 10 Projetos de Lei ..... 10 Redação Final ..... 11</p>
--	--	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 064ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2018

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopesla - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputado Kennedy Nunes

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

A Presidência declara que, por tratar-se de calendário especial, não há Breves Comunicações, portanto, dá início ao Horário dos Partidos Políticos.

\*\*\*\*\*  
**Partidos Políticos**  
Partido: PODEMOS

DEPUTADO NATALINO LÁZARE (Orador) - Faz uma reflexão sobre assunto importante da atualidade, o maior evento esportivo, que é a Copa do Mundo na Rússia. Observa que os brasileiros não estão empolgados, existe cenário de incredulidade, a estreia dos jogadores foi ruim, houve um empate melancólico e triste. Descreve que a realidade brasileira é exatamente como está à população no dia a dia, que vive em estado de acomodação, de descrédito, e até de tristeza não existe aura positiva.

Menciona que ocorreu uma fratura, e que a paralisação dos caminhoneiros, expôs toda a fragilidade da estrutura política e administrativa do Brasil. Cita que infelizmente a classe política atual sofre desgaste, e muito sério. Portanto, é preciso reagir, adotar posturas e práticas para construir um futuro esperançoso, e retornar o crescimento, desenvolvimento e geração de empregos no país.

Finaliza afirmando que o seu candidato à presidência é o Álvaro Dias, porque o considera equilibrado e honesto. *[Taquigrafia: Ana Maria]*

Partido: PR  
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLAR (Orador) - Reporta-se à conversa com um amigo policial que retornava de visita a dois filhos que residem na Europa, afirmando que o Brasil é

um bom país para se viver. Corroborar tais palavras, acrescentando que apesar das dificuldades, o povo é bom, aqui tem produção e tem trabalho. Considera importante acabar com a corrupção e a criminalidade para que o povo volte a sentir-se otimista.

Destaca que a paralisação foi uma demonstração de quão fácil é estabelecer o caos, isso tudo pela falta de planejamento e investimento em alternativas para o transporte, porém aqueles que apostavam no quanto pior melhor com o intuito de derrubar o governo precisam saber que tal evento não consta da Constituição. Concorde que o país tem passado por maus governos, inclusive este, que deverá sair através da eleição que se avizinha.

Ressalta a importância de escolher bons candidatos, idôneos, principalmente aquele que será presidente, optando pelo melhor para mudar o rumo do país. Constata que a população está desanimada, fenômeno que se espalha nas redes sociais, contagiando os demais, entretanto, alerta que a seleção ganhar ou perder a Copa do Mundo nada representará em termos de bem estar ao povo, afirmando que o ânimo para o trabalho não pode depender de resultados esportivos.

Refere-se à coluna do jornalista Moacir Pereira, que traz índices oficiais sobre a

Segurança em Santa Catarina, no primeiro semestre, demonstrando que houve sensível queda no número de homicídios, bem como dos casos de roubo. Enaltece o trabalho eficiente dos profissionais da Segurança, acrescentando que essa estatística pode melhorar com a mudança na legislação. [Taquígrafa: Sara]

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Faz menção à agricultura familiar catarinense e ao Programa Compra Direta dos Agricultores dos órgãos do estado de Santa Catarina, e aliado ao assunto, cita o Projeto de Lei n. 486, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que tramita na Casa Legislativa desde 2015.

Sobre a temática, critica a forma utilizada pelo governo, especificamente em relação às escolas estaduais, e sugere à realização de um seminário de logística, de distribuição e armazenagem aplicado às compras governamentais da agricultura familiar de Santa Catarina, estabelecendo critérios de organização das cooperativas e produtores.

Informa que foi aprovado pela Casa Legislativa, e será realizado no dia 28 de junho, a partir das 8 horas, enfatizando que tal evento aumentará a compra regionalizada e aumento de renda dos agricultores catarinenses. Na oportunidade, convida todas as organizações de produtores rurais do estado de Santa Catarina a participarem do encontro com a finalidade de melhorar a atuação dos pequenos produtores, incentivo à cultura alimentar e à economia de cada região, além de proporcionar aumento a renda da atividade do campo.

Deputado Natalino Lázare (Aparteante) - Cumprimenta e parabeniza o deputado pelo relevante projeto, beneficiando os produtores rurais de cada região. [Taquígrafa: Elzamar]

\*\*\*\*\*

#### Ordem do Dia

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0116/2016.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0190/2018, de autoria da deputada Ana Paula Lima, manifestando ao reitor da Univali contrariedade à demissão por justa causa da Professora Doutora Cássia Ferri e outros três professores, e solicita a revisão das injustas demissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0504/2018, de autoria do deputado Ricardo Guidi; 0505/2018, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0506/2018, 0507/2018, 0508/2018, 0509/2018, 0510/2018, 0511/2018, 0513/2018 e 0514/2018, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0512/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0515/2018, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0516/2018, de autoria do deputado Aldo Schneider; e 0517/2018, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

Igualmente, a Presidência comunica que será enviada ao destinatário, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0316/2018, de autoria da deputada Ada Faraco De Luca.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Taquígrafa: Sílvia]

\*\*\*\*\*

#### Explicação Pessoal

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Faz menção ao atlas da violência de 2018, principalmente com relação à comunidade negra no Brasil. Aponta que a taxa de homicídios das pessoas negras no país é 30 vezes maior que na Europa, e que observando dados do ano anterior, a estatística demonstra que os assassinatos equivalem a 2,55% e que no período de 2006 a 2016, o índice de mortes cresceu 23,1% e a taxa de outras etnias recuou, e que os que sofrem homicídios em terras brasileiras, 71 são negros, principalmente jovens do sexo masculino, é como se vivessem em situação de guerra.

Reivindica o apoio de políticas públicas e enfrentamento ao problema, que se reflete não só nas mortes, mas também em número da criminalidade e violência que a cada dia cresce mais. Registra que em todas as unidades da federação, com exceção do Paraná, os negros apresentam riscos de exposição à violência e cita duas cidades pacíficas em Santa Catarina, que são Brusque e Jaraguá do Sul.

Destaca que existe um triste legado histórico de discriminação pela cor da pele do indivíduo, se vive de forma desigual. Salienta que é dever da sociedade lutar pela ameaça constante, é preciso mudar o cenário, há urgência de políticas educacionais e inclusivas para o segmento, escolas de tempo integral, idealizadas pelo saudoso Leonel Brizola, ensino de qualidade, esporte e assistência social.

Conclui afirmando que no seu mandato está comprometido com a causa da população negra no estado, e que é uma luta de todos os catarinenses. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Registra com pesar o falecimento do camarada e combatente Odair Rogério da Silva, que foi presidente do Sintaema - Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto e Meio Ambiente de Santa Catarina e atualmente era presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB, em Santa Catarina. Lamenta a perda do grande amigo que deixará muitas lembranças para os trabalhadores catarinenses, principalmente pela sua convicção, dedicação e comprometimento.

Faz um manifesto no sentido de buscar esclarecimentos acerca do financiamento aprovado no Parlamento para que a Celesc pudesse fazer um empréstimo de mais de um bilhão de reais para melhorar o plano de expansão do sistema de energia elétrica catarinense. Explica que são muitas as reclamações de comunidades pedindo melhoria do sistema, bem como de produtores que são prejudicados com a queima de equipamentos pelas constantes quedas de energia. Também destaca a importância de um plano de expansão que atenda a indústria, comércio, agricultores, avicultores, suinocultores que desejam ampliar as suas atividades.

Ressalta a necessidade de cobrar do governo do estado a situação destes investimentos e a forma como estão sendo aplicados

os mais de um bilhão de reais que foram aprovados para melhorar o plano de expansão da Celesc, que até o presente momento não tem mostrado resultado. Na oportunidade, fala que protocolou requerimento solicitando informações ao governo do estado para que os produtores possam pelo menos ter perspectivas, bem como uma diretriz das ações que serão implementadas.

Deputado Milton Hobus (Aparteante) - Cumprimenta pela iniciativa muito oportuna, porque o financiamento foi aprovado para promover o desenvolvimento do estado. Relata que algumas regiões não se desenvolvem por falta de energia elétrica, da energia trifásica que não chegou ao campo. Declara que gostaria de subscrever o requerimento para que a Celesc possa prestar contas e esclarecer sobre a situação do projeto. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Corroborar o pronunciamento do deputado Cesar Valduga a respeito da condição precária da rede de energia elétrica dos produtores no campo, posto que estivera em vários municípios, ocasião em que ouviu a posição daqueles trabalhadores, ratificando prejuízos em suas atividades.

Pontua a lamentável economia do estado e do Brasil, atingindo consideravelmente a vida dos agricultores familiares a partir do golpe político no Brasil e também pela falta de investimentos do governo do estado, sugerindo a implantação de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar para reestabelecer a atuação do referido segmento.

Na esteira de suas colocações, critica a posição do governador Eduardo Pinho Moreira, referindo-se à herança da dívida bilionária, entretanto salienta que não houve a participação no governo de outro partido desde 2003, situação que poderia ser modificada com a adesão do Partido dos Trabalhadores que poderia posicionar-se contrário no que tange a políticas públicas na área da saúde, educação, assistência social e segurança pública, por considerar prejudiciais ao povo catarinense.

Por fim, salienta que há necessidade de estampar toda a verdade à população a partir de 2003, quando o governo da oposição acampou Santa Catarina. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO (Orador) - Reporta-se aos encontros ocorridos em algumas cidades para debater a questão da adoção em Santa Catarina, projeto desenvolvido pela comissão de Defesa e Direitos da Criança e do Adolescente, a qual é o presidente, como a palestra de Porto União que esclareceu dúvidas das pessoas que pretendem adotar crianças e adolescentes, os quais se encontram em vários abrigos mantidos pelo estado. Discorre sobre a questão das faixas etárias das crianças e dos adolescentes, sendo que ao atingir 18 anos de idade o estado não tem mais a obrigatoriedade de mantê-los sob sua custódia.

Por isso, acredita que as conversas feitas nos seminários ajudam a quem tem interesse em adotar de ver outras possibilidades que não sejam de até três ou quatro anos, como é comum o desejo dos pais não biológicos e, assim, se estimula gestos nobres, como é o da adoção. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para as 14h. [Taquígrafa: Sílvia].

# ATA DA 065ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2018

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvío Dreveck

Kennedy Nunes

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

\*\*\*\*\*

#### Breves Comunicações

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO (Orador) - Informa que às 15h, será homenageado na sala da imprensa, na AleSC, o professor Miguel João Simão, que desde a década de 80, é agente ativo de estímulo a literatura de Santa Catarina.

Elogia os excelentes serviços prestados pelo Sistema S, Senai e Sesi, que apoiam a indústria nacional, por meio da qualificação profissional. Cita que as duas instituições preparam as pessoas para o mundo do trabalho, atualizam e complementam os conhecimentos que o trabalhador já possui.

Acrescenta que o Senai é uma das maiores redes de educação profissional do mundo, desenvolve trabalho primordial, também o Sesi que atua na saúde e segurança dos funcionários de várias áreas, planeja e executa medidas que contribuem diretamente para o bem estar dos operários.

Agradece parabenizando a Fiesc, entidade muito bem representada pelo seu presidente, Glauco José Côrte, que trabalha para o aperfeiçoamento dos funcionários da indústria catarinense.

Comenta dois projetos: O Programa Novos Caminhos e o Fundo Social, ambos da Fiesc, sendo que no primeiro o foco é proporcionar aos adolescentes em situação de acolhimento a participação em atividades sócio-educativas, para a sua inclusão no mercado de trabalho, e no segundo, estimula as indústrias a destinarem recursos devidos do imposto de renda para projetos socioculturais e educativos no estado.

Parabeniza o Célio Bayer, vice-presidente da regional da região do Itapocu, seu amigo e grande provedor, batalhador pelas causas sociais.

Finaliza demonstrando seu reconhecimento a todos que participam dos programas, a toda equipe pelos cursos oferecidos à população catarinense. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Relata que recebeu convite da Confederação dos Parlamentos Americanos e da ONU para ser o representante do Brasil e dos países do Mercosul na eleição que vai acontecer no México, do dia 28 de junho a primeiro de julho. Esclarece que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina vai estar presente no documento que será enviado à ONU através de relatório. Também explica que as observações internacionais de eleição são interessantes para conhecer e verificar o sistema de votação e de segurança, em conversas estabelecidas com eleitores, mesários e as pessoas envolvidas.

Fala também do projeto de lei de sua autoria que dispõe sobre as gestantes que apresentam gravidez de alto risco, determinando que, não havendo leito na rede pública de saúde em um raio de 200 quilômetros da sua residência, as mesmas sejam atendidas em hospital particular com todas as despesas correndo por conta do estado.

Apresenta vídeo com o depoimento de uma mãe que teve gravidez de alto risco e foi atendida por hospital particular, demonstrando satisfação pela sua segurança e também do bebê. Registra que vai repetir este vídeo muitas vezes, não só porque é emocionante, mas para esclarecer outras mães sobre este direito que elas desconhecem. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Orador) - Faz alusão ao evento que participou em Rio Negrinho, no Planalto Norte, referindo-se à homenagem prestada a várias empresas pelo reconhecimento de suas atividades em tecnologia, e destaca a companhia Koala Energy, cuja missão é direcionada à sustentabilidade no campo da energia, promovendo soluções inovadoras e econômicas no aquecimento de água ou ar por meio de molduras de madeira desde 2007.

Destaca ainda que a atividade da referida empresa no estado de Santa Catarina fez a diferença entre os demais estados do Brasil em mão de obra, qualidade, produtos inovadores e alternativos na produção de energia, evitando o consumo de produtos fósseis.

Na oportunidade, parabeniza os dirigentes daquele município por acolher tão importante corporação provida de recurso inteligente de energia inovadora e sustentável. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Reporta-se à VII Jornada Catarinense de Plantas Medicinais e Fitoterapia, ocorrida nos dias 14 e 15 do presente mês na AleSC, com a participação da Associação Catarinense de Plantas Medicinais e Fitoterapia, da comissão de Saúde, da Escola do Legislativo

Deputado Lício Mauro da Silveira, da Frente Parlamentar Catarinense de Práticas Integrativas e Pastoral Saúde de Santa Catarina. Destaca o grande trabalho coordenado pela presidente da mencionada associação, Kátia Mara Batista, no sentido do uso consciente das plantas medicinais, como o debate desencadeado durante os dias em que reuniu mais de 500 pessoas.

Cita que o atual modelo de saúde presente na sociedade brasileira preocupa-se mais com a doença do que com a prevenção, por isso uma mudança se faz necessária e, todos os cidadãos, devem ousar para que isso ocorra, porque em pouco tempo toda a arrecadação do tesouro do estado não será suficiente para o enfrentamento das doenças que se manifestam nas pessoas, devido a vários fatores, entre eles, o consumo de alimentos com agrotóxicos.

Entende que a realização da jornada celebrou a vida humana, bem como a do planeta. Considera que esse é o desafio das relações do ser humano com a natureza, de buscar alternativas de forma harmoniosa. Ao mesmo tempo, indaga seu papel no Parlamento, que não é o de apenas ajudar na construção de propostas e fiscalizar as ações do governo, pois instrumentos para isso existem e todo cidadão tem a obrigação de fazê-lo, mas, de forma conjunta construir ferramentas que ajudem entender a razão do ser humano em sua essência. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - A Presidência, não havendo oradores inscritos no horário destinado aos Partidos Políticos, suspende a sessão até o início da Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

#### Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0518/2018 e 0525/2018, de autoria do deputado Pe. Pedro Baldissera; 0519/2018, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0520/2018, de autoria do deputado Natalino Lázare; 0521/2018, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0522/2018 e 0523/2018, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Igualmente, a Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0317/2018, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; e 0318/2018, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso.

(Passa a ler)

“Requerimento.

O Deputado que este subscreve, com amparo no Regimento Interno, requer a reconsideração da decisão do Plenário desta Casa que aprovou na 46ª Sessão Ordinária, realizada no dia 16 de maio de 2018, o

Requerimento nº 0411.5/2018, que requer a retirada do Regime de Prioridade do PLC nº 005/2018 pelos fatos e fundamentos a seguir:

I - Em 22 de março de 2018 na 19ª Sessão Ordinária o Plenário desta Casa aprovou o requerimento nº 0197.7/2018, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que requer prioridade para tramitação do PLC nº 0005.1/2018, que altera a Lei nº 6.218/1983, que dispõe sobre o estatuto dos policiais militares do estado de Santa Catarina e dá outras providências.

II - Na esteira, ao meu juízo, resta prejudicado o Requerimento nº 0411.5/2018 aprovado em 16 de maio de 2018, em face do disposto no art. 230, inciso VII do Regimento Interno que dispõe:

‘Art. 230. São consideradas prejudicadas:

VII - o requerimento com a mesma finalidade de outro rejeitado ou com finalidade oposta ou igual a de requerimento já aprovado.’

A obediência às circunstâncias acima apontadas é a regra.

Diante do exposto, formulo o presente recurso à Vossa Excelência, para que seja declarada a prejudicialidade do Requerimento nº 0411.5/2018 e pelo seu consequente arquivamento, tudo por força dos artigos 230, inciso II e 231, ambos do Regimento Interno deste Poder.

Deputado Jean Kuhlmann”.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Presidência, ‘de acordo com o Art. 72, inciso XV - regularidade processual na tramitação das proposições deliberadas na Assembleia, propondo a forma de saneamento de toda e qualquer imperfeição, e sobre a observância dos mandamentos constitucionais e regimentais’, encaminha à comissão de Constituição e Justiça para deliberação.

Manifestaram-se a respeito da matéria os srs. deputados: Valdir Cobalchini, Jean Kuhlmann e Maurício Eskudlark.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0015/2018, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que denomina Aléscio Francisco Bugs a Rodovia Estadual SC-161, trecho compreendido entre o Km 43,942 até o Km 56+987.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0220/2017, de autoria do deputado Cleiton Salvaro, que dispõe sobre o acesso gratuito de ex-atleta profissional de futebol aos estádios de futebol, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0500/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que denomina Vereador Arno Krelling o trecho da Rodovia SC-418 que liga o Viaduto Pirabeiraba km zero à Sociedade Dona Francisca km 9.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0555/2017, de autoria do deputado João Amin, que denomina o edifício do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado João Amin.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0108/2018, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, solicitando ao secretário da Casa Civil informações referentes aos convênios firmados entre o Governo do Estado e os municípios, com valores, finalidades e vigência.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0109/2018, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao Governador do Estado informações acerca do déficit anunciado na imprensa de 3 bilhões de reais previstos para 2019, conseguindo reduzir em cem dias de gestão mais de 100 milhões.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria a sra. deputada Ana Paula Lima, que subscreverá o Pedido de Informação com a aquiescência do autor.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0191/2018, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, cumprimentando o presidente da Associação Empresarial de Jaraguá do Sul pela passagem dos 80 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0192/2018, de autoria da deputada Ana Paula Lima, cumprimentando o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado pela passagem dos 50 anos de existência.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0193/2018, de autoria do deputado João Amin, cumprimentando a artista Anna Ferraresi Braunsperger pela realização do Projeto *Inksight*.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0194/2018, de autoria da deputada Ana Paula Lima, manifestando ao reitor da Univali, contrariedade à demissão por justa causa do ex-reitor professor Mário Cesar dos Santos e de outros quatro professores.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Coordenadora Carla]

Neste momento, a Presidência suspende a sessão por até dez minutos para que possa usar a tribuna o sr. Emerson Luciano Stein, prefeito do município de Porto Belo, e fazer sua manifestação e divulgação da Festa da Tainha.

\*\*\*\*\*

#### Explicação Pessoal

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Explicação Pessoal.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Comunica o falecimento do presidente da CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Odair Rogério, homem íntegro, combatente e que sempre lutou em defesa das classes mais humildes, desejando condolências à família.

Comenta que os jogos da seleção brasileira não estão motivando o povo brasileiro, não observa as pessoas vestindo camisetas, torcendo pelos jogadores como em datas anteriores. Destaca que a desmotivação está relacionada com a atual crise política e econômica que o país está enfrentando.

Demonstra indignidade e tristeza com relação à conduta de um grupo de torcedores brasileiros, que estão na Rússia participando da Copa e constringendo uma mulher russa, inclusive já identificado um policial militar da cidade de Lages. Cita que a postura dos mesmos é agressiva, machista, cantam músicas que ironizam o sexo feminino de forma imoral. Salaria que os jogos com seleções de vários países são uma festa de celebração entre os vários povos étnicos do planeta, e que infelizmente a imagem que está circulando na internet e na mídia é degradante.

Finaliza afirmando que o episódio é lamentável, e que repudia tal fato, que vai cobrar e solicitar ao comando da Polícia Militar de Santa Catarina providências e punição para o policial. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (Orador) - Discorre sobre o Projeto de Lei n. 148/2018, de sua autoria, que incentiva a fabricação e o uso de veículos elétricos em

Santa Catarina, tendo em vista questões ambientais inerentes à eletromobilidade.

Afirma que o Brasil, em 2005, assinou protocolos internacionais de melhoria da qualidade do ar nas suas cidades e o estado catarinense não pode ficar para trás. Desta forma, declara que o projeto vem ao encontro da melhoria ambiental, da economicidade na utilização de veículos, pois o veículo elétrico custa por quilômetro apenas 25% de um carro movido à gasolina.

Menciona que dados da Saúde relatam que 135 mil pessoas morreram por problemas respiratórios nas grandes metrópoles devido à poluição, e destaca que é preciso criar

incentivos para utilização da eletromobilidade, na esteira de outros países que subsidiam, e apoiam aqueles que desejam adquirir tais veículos.

Afirma que Santa Catarina tem montadoras que geram empregos, e a fabricação destes veículos deveria ser uma prioridade do governo, com isenção de taxas, IPVA e outros impostos, a exemplo de outros estados que já criaram políticas públicas de incentivo a este meio de transporte que polui menos, gasta menos e não produz poluição sonora.

Salienta que é preciso resolver o problema da dependência da frota nacional ao combustível fóssil, pois recentemente o país parou em decorrência da falta de alternativas

para o transporte, causando um forte impacto na vida das pessoas e na economia do país.

Pede apoio dos seus pares para a aprovação deste projeto que vai colocar o estado na vanguarda em sustentabilidade ambiental, trazendo qualidade de vida para a população, e ressalta que através da eletromobilidade o país não será mais dependente do petróleo. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, especial, para a presente data, às 19h, em comemoração aos 110 anos da Imigração Japonesa no Brasil. *[Taquígrafa: Sara].*

# ATA DA 066ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2018

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Silvio Dreveck

Maurício Eskudlark

DEPUTADO SILVIO DREVECK

(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

\*\*\*\*\*

#### Breves Comunicações

DEPUTADO SERAFIM VENZON

(Orador) - Cumprimento os vereadores Hamilton Bianquet, o Mito, Fabiano Olegário e Antônio Carlos da Silva Neto, de Camboriú, em nome deles, saúda todos os prefeitos e lideranças que acompanham os trabalhos da Casa Legislativa.

Manifesta seus sentimentos de pesar à família do empresário Augusto Benassi, de Brusque, pelo fatal acidente de trânsito com sua filha, ocorrido na presente data, ao mesmo tempo solicita ao presidente da Casa Legislativa o encaminhamento de pêsames pela drástica morte de Ana Paula Benassi.

Salienta que o número de mortes no trânsito ocorridas no Brasil gira em torno de mil pessoas por dia, e apoia a ideia de que os governos dos países promovam campanhas de conscientização, chamando a atenção da responsabilidade de todos para diminuir a drástica estatística de seus países, segundo apelo da ONU, feito no início da atual década, quando lançou um grande movimento para que seus governantes empenhem na conscientização, a fim de diminuir o número de acidentes no trânsito no mundo. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

(Orador) - Tece comentários relacionados ao pronunciamento do deputado que o antecedeu, Serafim Venzon, mencionando o lançamento da campanha "Mais Segurança no Trânsito" ocorrido no Teatro Pedro Ivo, dia 19 do corrente mês, pelo governador Eduardo Pinho Moreira, e, ao mesmo tempo, salienta dos cuidados que todo motorista de veículo grande deve ter ao dirigir nas rodovias.

Também, cita a questão dos acidentes de motos, que correspondem a 70% dos casos por invalidez, o que onera os cofres públicos. Por isso, concorda com o aparte do deputado Ismael dos Santos sobre começar a educação do trânsito ainda nos primeiros anos escolares, pois as crianças assimilam as regras de trânsito e ao cobrarem dos adultos, os mesmos ficam mais atentos quando estão dirigindo veículos automotivos.

Comenta sobre a autorização dada aos despachantes de trânsito de Santa Catarina a emitir o certificado de transferência de veículos, os quais fazem um trabalho excelente no estado e para Santa Catarina será um grande avanço.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela fala e acredita que há necessidade de políticas públicas de prevenção a acidentes de trânsito, e que deverá começar nas escolas. *[Taquígrafa: Silvia]*

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) -

Faz menção a dois projetos que estão tramitando na Casa de sua autoria. Menciona o Projeto de Lei n. 136/2018, que institui a Rota Turística Caminhos de Santa Paulina no Estado. Cita que o objetivo do mesmo é fomentar o turismo religioso no estado, culminando a rota com as belezas da praia de Balneário Camboriú e outras regiões. Comenta também o Projeto de Lei n. 556/2017, que institui a preservação da araucária, e dispõe sobre a regulamentação do plantio, e do manejo sustentável mais o emprego do recurso alimentar proveniente que é o pinhão, e que tem valor nutritivo fantástico. Considera a lei muito importante para a economia e história de Santa Catarina.

Encerra solicitando apoio aos colegas parlamentares pela aprovação dos mesmos. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

\*\*\*\*\*

#### Partidos Políticos

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador)

- Registra o lançamento da pré-candidatura do deputado Gelson Merisio a governador do estado pelo PSD, num evento em Chapecó, que foi prestigiado por diversos partidos.

Comenta que os partidos estão se definindo, apresentando suas candidaturas, buscando coligações, num processo de muita importância para as eleições que estão muito próximas.

Afirma que houve muita reclamação sobre a falta de definição neste momento de eleição, porém argumenta que essa é a nova realidade, de as coisas acontecerem num último momento. Não justifica o fato como positivo ou negativo, porém explica que esta é a proposta que está sendo colocada pelo eleitor, deixando para resolver as coisas na última hora, como é de praxe ao brasileiro.

Manifesta satisfação em afirmar que o seu partido tem candidato a governador, senador, deputados estaduais e federais, e tudo isso sob a liderança de Gelson Merisio, orgulhando-se dessa nova forma de fazer política que estabelece um rumo, uma determinação, com foco na chegada. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: PSD

DEPUTADO DARCI DE MATOS (Orador)

- Registra a presença do promotor público e secretário-geral do Ministério Público, dr. Fernando Comin, desejando-lhe boas-vindas à Casa Legislativa.

Manifesta seus cumprimentos ao governador Eduardo Pinho Moreira pelo evento ocorrido no Teatro Pedro Ivo Campos, em data anterior, quando assinou um convênio autorizando o certificado de registro de licenciamento de veículos para os despachantes de Santa Catarina, e parabeniza o governo pelo referido ato, advindo da reivindicação dos catarinenses, além de promover o enxugamento da máquina pública. Na oportunidade, cumprimenta também o Silveirinha, presidente da Associação dos Despachantes do Estado - Adotesc, líder de tal segmento para a efetivação do projeto que irá gerar dez mil empregos diretos e milhares indiretos no estado catarinense.

No segundo momento, destaca as facilidades existentes em Santa Catarina, referindo-se à agilidade de se obter o documento do veículo no final de semana, comprovando a excelência e forma diferenciada de tudo que se faz no estado catarinense. Enfatiza ainda que a continuidade do projeto é passar todas as atividades das quais o governo atual para as autoescolas, ficando somente na regulamentação, procedimento que possibilitará a arrecadação de R\$ 170 milhões aos cofres públicos por ano, além de promover a eficiência nas respostas da população.

Por fim, alude o projeto de sua autoria, em tramitação na Casa Legislativa que cria o mecenato estadual, salientando que tal ideia já com o apoio dos segmentos da área da cultura catarinense.

Deputado Luiz Fernando Vampiro (Aparteante) - Corroborar o pronunciamento do deputado, reforçando que o evento foi emblemático para a categoria, além estampar a coragem do governador, desvendando uma pendência latente há muito tempo.

Deputado Valmir Comin (Aparteante) - Parabeniza todos os envolvidos em tão importante ação que caracteriza a descentralização, promovendo celeridade aos procedimentos advindos da sociedade. [Taquígrafa: Elzamar]

Partido: PR

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Reporta-se, mais uma vez, ao ato do governador do estado que autoriza os despachantes de trânsito a fazer transferência de veículos, o que mostra a vontade de Eduardo Pinho Moreira desburocratizar a máquina pública. Considera meritória a conquista desses profissionais, pois trará serviços prestados à sociedade catarinense com mais eficiência. Por outro lado, ganha o estado que terá mais policiais disponíveis para dar segurança à população. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: MDB

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Orador) - Menciona o trabalho e o empenho do sr. Osnildo Osmar Silveira, mais conhecido por 'Silveirinha', presidente da Associação dos Despachantes do Estado - Adotesc, ao citar o ato do governador do estado que dá aos despachantes a autonomia de realizar a transferência de veículos. Afirma que com tal atitude quem ganha é a população que terá um serviço à disposição com maior rapidez, e para o estado é um ganho maior ainda, pois terá mais policiais nas ruas. Entende que o modelo deve ser usado em outras áreas públicas, como a empresas privadas o comando das rodovias.

Também, cita a decisão do governador Eduardo Pinho Moreira de não concorrer ao governo nas próximas, pois devido às condições financeiras do estado, que são alarmantes, ele tomou uma atitude forte, que é a de pagar as dívidas, que já vêm de muitos anos, e ajustar a máquina pública e para que Santa Catarina continue a se desenvolver cada vez mais.

Comenta as novas instalações e aquisições de equipamentos do Hospital Regional de São Miguel do Oeste, que passará atender pacientes que necessitam de tratamento oncológico, com isso ganham os cidadãos, que terão mais especialidades a seu dispor e não precisarão se deslocar até a capital, o que significará um pouco menos de ambulâncias nas estradas.

E, além disso, cita a ampliação e readequação das salas do Hospital Regional do Oeste, em Chapecó, iniciada por Raimundo Colombo e com atual governador, que está

liberando R\$ 20 milhões para compra de equipamentos. Com isso ganham os cidadãos que terão mais especialidades a seu dispor, que não precisarão se deslocar até a capital, e significará uma diminuição de ambulâncias nas estradas.

Faz registro de uma obra que iniciou no governo de Luiz Henrique da Silveira, que é a continuidade do asfaltamento da 'rodovia da fronteira' no perímetro urbano da comunidade da Linha Pitangueira, no interior do município de Tunapólis, beneficiando a comunidade local que gera desenvolvimento econômico na região.

Deputado Milton Hobus (Aparteante) - Corroborar a fala do deputado. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PSDB

DEPUTADO DR.VICENTE CAROPRESO (Orador) - Sauda o comandante Herrmann, do Corpo de Bombeiros Voluntários de Corupá, pelo seu trabalho.

Comenta que quando esteve à frente da Secretaria da Saúde, conseguiu repassar 11 ambulâncias usadas, para algumas cidades, que hoje estão servindo às comunidades. Porém, salienta que não teve a mesma sorte do seu antecessor, que distribuiu 128 ambulâncias zero quilômetro, ironizando que existe vontade política em algumas administrações do governo estadual, o que na sua gestão não ocorreu.

Menciona que a situação financeira de Santa Catarina, não é boa e confortável, a capacidade de investimentos é praticamente zero, há alguns anos o governo estadual está à mercê de empréstimos, e que agora é que vão começar a ser pagos.

Afirma que em ano de eleição, é preciso saber o que falar para o eleitor, e na tribuna se avaliar os procedimentos, é necessário filtrar as ações, porque cada atitude política negativa ou positiva transformar-se-á em consequências para a classe política, sendo que a tolerância da sociedade é mínima.

Informa que na próxima semana, segunda-feira, haverá sessão pública em homenagem ao Dia do Bombeiro, inclusive aos bombeiros voluntários, será enaltecido o trabalho excelente realizado por toda a corporação. Convida todos os deputados para participarem.

Finaliza lembrando o Ministério da Saúde, as unidades sanitárias, postos de saúde do estado, para que reforcem a vacina da febre amarela, e acima de tudo a vacina contra a gripe, temos que incentivar a população a se vacinar. Acrescenta que as vacinas foram um grande marco na história da medicina e da saúde mundial. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Comenta sobre a paralisação da obra do Complexo de Segurança Pública de Forquilha, que há um ano foi abandonada pela construtora, segundo consta da reportagem do jornal A Tribuna, de Criciúma. Explica que a secretaria está providenciando novo edital e nova licitação para que outra construtora possa concluir a obra.

Lastima o desperdício do dinheiro público, pois não acredita no término da obra até o final do ano, conforme afirma a gerente de obras da Secretaria de Segurança Pública. Afirma que vai aguardar o andamento, mas não ficará de braços cruzados, cobrando permanentemente do governo que esse complexo de segurança seja realmente entregue àquela população.

Também recorda que há quatro anos foi anunciada esta importante obra para a

cidade, esperando que não aconteça com ela o que aconteceu com a pavimentação da Rodovia Jacob Westrup, um trecho de aproximadamente 10km que nunca foi concluído. Registra, ainda, que o município de Forquilha fez um projeto com os custos pagos pela prefeitura, na ordem de R\$ 30 mil para fazer a adequação do projeto da rodovia, e nada aconteceu. Lamenta que a região tenha que esperar por estas obras tão importantes para o seu desenvolvimento econômico e social. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Suspende a sessão, até às 16h01, para ouvir o presidente da Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística do Estado de Santa Catarina, Ari Rabaioli. [Taquígrafa: Sara]

\*\*\*\*\*

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 00219/2018, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que altera o art. 40 da Lei nº 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0015/2018, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que denomina Alécio Francisco Bugs a Rodovia Estadual SC-161, trecho compreendido entre o km 43,942 até o km 56+987.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0220/2017, de autoria do deputado Cleiton Salvaro, que dispõe sobre o acesso gratuito de ex-atleta profissional de futebol aos estádios de futebol, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com voto contrário do sr. deputado Kennedy Nunes.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0500/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que denomina Vereador Arno Krelling o trecho da

Rodovia SC-418 que liga o Viaduto Pirabeiraba km zero à Sociedade Dona Francisca km 9.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0555/2017, de autoria do deputado João Amin, que denomina o edifício do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0376/2017, de autoria do deputado Pe. Pedro Baldissera, que concede Título de Cidadão Catarinense a Eurides Luiz Mescolotto, "in memoriam".

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0110/2018, de autoria do deputado Antônio Aguiar, solicitando ao secretário da Infraestrutura informações referentes ao valor total de investimentos relativos aos serviços de manutenção de roçadas e reparos asfálticos na Rodovia SC-418, do distrito de Pirabeiraba, no município de Joinville, ao distrito de Fragosos, no município de São Bento do Sul, nos anos de 2017 e 2018.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0111/2018, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, solicitando ao secretário da Agricultura informações acerca do número de bovinos e búfalos cadastrados no Estado junto à Cidasc nos últimos quatro anos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0112/2018, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, solicitando ao secretário da Casa Civil informações acerca da previsão de pagamento das emendas individuais de parlamentares ao projeto de Lei Orçamentária Anual com fulcro nos §§ 9º, 10, 11, 12 e 13 d art. 120 da Constituição do Estado referente ao exercício 2018.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0524/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0526/2018, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0527/2018 e 0528/2018, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Igualmente, a Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0319/2018, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0320/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Coordenadora Carla]

\*\*\*\*\*

### Explicação Pessoal

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador)

- Pontua as recorrentes ações relacionadas à cadeia produtiva da proteína animal, interferindo negativamente em tal área, uma vez que é um dos pontos fortes da economia do oeste catarinense, citando a operação Carne Fraca e, recentemente, a greve dos caminhoneiros que resultou em prejuízo na entrega de ração para aviários e criadores de porcos. Ressalta ainda que tais atitudes traz prejuízo aos pequenos produtores, à agricultura familiar e aos trabalhadores do referido segmento, conforme decisão da BRF Alimentos, concedendo férias coletivas em quatro unidades da empresa em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Finaliza ratificando que é uma situação muito delicada e que afeta a economia do país, havendo necessidade de interferência do governo federal em relação aos embargos econômicos, à crise da bacia leiteira, do arroz, do setor pesqueiro e a outras atividades prejudicadas com a política vigente.

No segundo momento, divulga o Dia Nacional do Vigilante, comemorado na presente data, e enaltece a referida classe trabalhadora que presta um relevante e imprescindível trabalho nas empresas privadas e públicas, assegurando a vida das pessoas. Deixa um abraço a todos os vigilantes, parabenizando-os. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Tece comentários a respeito da campanha lançada pelo governador do estado que trata da segurança no trânsito e acredita que políticas públicas devem vir ao encontro dos anseios da sociedade, a qual deseja menos violência e menos mortes nas estradas do estado e do Brasil.

Acredita que, a partir dos primeiros anos primários, é importante educar as crianças nas escolas para desenvolver a conscientização de um trânsito mais seguro para todos. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. [Taquígrafa: Sílvia]

## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 221, de 21 de junho de 2018

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Fica anulado a importância de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), na atividade abaixo discriminada, os seguintes elementos de despesa:

Atividade	Elemento/Fonte	R\$	
01000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
<b>Atividade</b>	<b>01.122.0920.0002.1144</b>		
Elemento/Fonte	33.90.37 - 100	R\$	2.000.000,00
Elemento/Fonte	33.90.39 - 100	R\$	1.500.000,00

Sub-total	R\$	3.500.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>3.500.000,00</b>

**Art. 2º** Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementados na atividade abaixo discriminada, o seguinte elemento de despesa:

01000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
<b>Atividade</b>	<b>01.031.0925.0145.1157</b>

Elemento/Fonte	45.90.61 - 100	R\$	3.500.000,00
----------------	----------------	-----	--------------

Sub-total	R\$	3.500.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>3.500.000,00</b>

**Art. 3º** Este Ato entra em vigor na data de sua emissão.

Deputado **ALDO SCHNEIDER** - Presidente  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

\*\*\*

**ATO DA MESA Nº 222, de 21 de junho de 2018**

Fixa o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo e adota outras providências.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e com amparo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno, assim como no art. 3º da Resolução nº 014, de 14 de dezembro de 2011, c/c a Resolução nº 1344, de 21 de outubro de 1993,

**RESOLVE:**

**ART. 1º** Fica reconhecido o percentual de 1,895% (um vírgula oitocentos e noventa e cinco por cento) como revisão geral referente ao período de maio de 2017 a abril de 2018, assegurado pelo disposto no art. 3º da Resolução nº 14, de 14 de dezembro de 2011, observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 002, de 24 de fevereiro de 2011, correspondente ao IGP-M/FGV do referido período.

**ART. 2º** O valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo a que se refere art. 1º, *caput*, da Resolução nº 008, de 30 de setembro de 2009, com a redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 014, de 14 de dezembro de 2011, é fixado em R\$ 585,04 (quinhentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos), correspondendo a um incremento de 1,895% (um vírgula oitocentos e noventa e cinco por cento), percentual estabelecido no art. 1º deste Ato.

**ART. 3º** Aplica-se o percentual de 1,895% (um vírgula oitocentos e noventa e cinco por cento) ao valor do vale alimentação concedido mensalmente aos servidores do Poder Legislativo.

**ART. 4º** As despesas decorrentes da aplicação deste Ato correrão à conta da dotação orçamentária da Assembleia Legislativa.

**ART. 5º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º maio de 2018.

Deputado **ALDO SCHNEIDER** - Presidente  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

\* \* \*

**PUBLICAÇÕES DIVERSAS****ATA DE COMISSÃO PERMANENTE****ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.**

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e dezoito, às onze horas, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do Senhor **Deputado Serafim Venzon**, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: **Jean Kuhlmann, Serafim Venzon, Dirceu Dresch, Fernando Coruja e Ada De Luca**. Os Senhores Deputados: **Valmir Comin e Cesar Valduga** apresentaram justificativas de suas ausências através de Ofício. Havendo quórum regimental o Senhor Presidente abriu a reunião, agradeceu a presença dos Senhores Deputados. Na sequência o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação as Atas da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público realizada no dia dezessete de abril de dois mil e dezoito, que foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento e obedecendo a ordem de chegada, o Senhor Presidente passou à palavra aos relatores: Ao Senhor **Deputado Fernando Coruja**, que passou a relatar: **PL./0090.8/2018** - que "Declara de utilidade pública a Associação dos Grupos Folclóricos Germânicos do Médio Vale do Itajaí (AFG), do Município de Blumenau", apresentando parecer favorável. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente, **Deputado Serafim Venzon** passou a relatar: **PL./0014.7/2018** - que "Declara de utilidade pública o Instituto TH. Isolde Odebrecht, de Joinville", apresentando parecer favorável. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Senhor **Deputado Jean Kuhlmann** apresentou um requerimento que foi enviado à mesa da Alesc, solicitando o cumprimento do Regimento Interno nos tramites das proposições nas Comissões Permanentes da Alesc e requereu a intervenção do Senhor Presidente da Comissão junto à mesa desta casa no **PLC - 0005.1/2018**, que tramita nesta Casa Legislativa em Regime de Prioridade desde o dia 22/03/2018 e repousa na Comissão de Finanças e Tributação desde o dia 10/04/2018, sendo acatado pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar eu, secretário da Comissão, Jero dos Passos Espíndola, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

**Deputado Serafim Venzon**  
Presidente

\* \* \*

**AVISO DE INSCRIÇÃO****AVISO DE INSCRIÇÃO PARA CONCESSÃO DE CERTIFICADO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará inscrição para concessão do Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina às empresas públicas, empresas privadas, sociedades de economia mista e organizações sem fins lucrativos e do troféu de Responsabilidade Social (Destaque SC), que apresentarem o seu balanço social 2017.

**PRAZO PARA INSCRIÇÃO: 21/06/2018 a 18/09/2018**

Para participação no processo de Certificação de Responsabilidade Social e concorrência ao Troféu Responsabilidade Social - Destaque SC - instituído pela Lei nº 12.918, de 2004, as inscrições, que serão gratuitas, deverão ser realizadas:

No período de 21/6/2018 a 18/9/2018, às 23h59min, observado o horário de Brasília/DF;

Exclusivamente por meio eletrônico e pelo preenchimento na íntegra do formulário disponibilizado na página <http://responsabilidadesocial.alesc.sc.gov.br/>; e

Por organizações, públicas e privadas, com CNPJ ativo, registrado no Estado de Santa Catarina e atuantes em território catarinense.

Os esclarecimentos sobre o processo de inscrição poderão ser obtidos com a Comissão de Assessoramento à Certificação de Responsabilidade Social - ALESC - através dos contatos: [rsocial@alesc.sc.gov.br](mailto:rsocial@alesc.sc.gov.br) e fone (48) 3221.2919.

Florianópolis/SC, 21 de junho de 2018.

Comissão Mista da Certificação de Responsabilidade Social

\* \* \*

**AVISO DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2018**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE BANCADA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ESTANTES DE AÇO DO TIPO INDUSTRIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA COORDENADORIA DE SUPORTE E MANUTENÇÃO DA ALESC.**

**DATA:** 05/07/2018 - **HORA:** 09h00min h

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09h00min h do dia 05 de julho de 2018. O Edital poderá ser retirado no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)) ou na Coordenadoria de Recursos Materiais, localizada no 6º Andar, Edifício João Cascaes, Avenida Hercílio Luz nº 301, esquina com a Rua João Pinto - Centro - Florianópolis/SC. Florianópolis/SC, 21 de junho de 2018.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações e Contratos

\* \* \*

**OFÍCIOS****OFÍCIO Nº 0224.0/2018**

Florianópolis, 18 de maio de 2018.

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Angelino Rosa, de Governador Celso Ramos, referente ao exercício de 2017.

Mariângela Bresola de Alencastro  
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/18

**OFÍCIO Nº 0225.1/2018**

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Brusquense de Proteção aos Animais (ACAPRA), referente ao exercício de 2017.

Lilian Dressel  
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/18

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 1004, de 21 de junho de 2018**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** nos assentamentos funcionais, o nome do ex-servidor ATHAIDE FERNANDES FILHO, matrícula nº 3042, nomeado pela Resolução nº 250, de 11/3/1996, fazendo constar como sendo **ATAIDE FERNANDES FILHO**.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

**PORTARIA Nº 1005, de 21 de junho de 2018**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:**

**EXCLUIR** da Portaria nº 998, de 19 de junho de 2018 o servidor **LUIZ CARLOS NEVES**, matrícula nº 7906.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

**PORTARIA Nº 1006, de 21 de junho de 2018**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

**PUBLICAR** que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 20 de junho de 2018.

**Gabinete do Deputado Mario Marcondes**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
8838	LARA BEATRIZ SAIDY DE BRITO	SÃO JOSÉ

Carlos Antonio Blosfeld

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 1007, de 21 de junho de 2018**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor GLAUCO GAZOLA ZANELLA, matrícula nº 7805, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 22 de Junho de 2018 (Gab Dep Mario Marcondes).

Carlos Antonio Blosfeld

Diretor de Recursos Humanos

**PROJETOS DE LEI****PROJETO DE LEI Nº PL./0169.3/2018**

Dispõe sobre a concessão de gratuidade no transporte rodoviário intermunicipal de passageiros aos guardas municipais, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica assegurado aos guardas municipais a gratuidade no transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, no trajeto de casa para o trabalho e do trabalho para casa.

Art. 2º Para a concessão da gratuidade prevista no caput do art. 1º, deve o beneficiário, quando do ingresso no ônibus, apresentar sua Carteira de Identificação Funcional, em que deve constar:

- I - fotografia;
- II - indicação do domicílio; e
- III - indicação do local de trabalho.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Sala das Sessões,

**Deputado Maurício Eskudlark**

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/18

**JUSTIFICATIVA**

A presente iniciativa tem a finalidade de assegurar aos guardas municipais de Santa Catarina a gratuidade no transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e, assim, auxiliar o Executivo Estadual na prestação do serviço de segurança pública, além de desonerar financeiramente tais servidores municipais.

Importante ressaltar, também, que a aludida gratuidade no transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, certamente proporcionará maior segurança a seus usuários, bem como aos motoristas e cobradores que laboram no interior dos coletivos.

Dessa forma, tendo em vista as razões expostas, apresento este Projeto de Lei, contando, desde já, com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

**Deputado Maurício Eskudlark****PROJETO DE LEI Nº PL./0170.7/2018**

Altera a Lei nº 14.954, de 2009, que "Dispõe sobre a fiscalização e coibição da comercialização irregular de combustíveis e adota outras providências".

Art. 1º Fica acrescido parágrafo § 4º no art. 1º da Lei nº 14.954, de 19 de novembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo quando constatada fraude metrológica que acarrete o fornecimento ao consumidor de volume de combustível inferior ao indicado na bomba medidora." (NR)

Art. 2º Modifica o caput do art. 2º da Lei nº 14.954, de 19 de novembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

§ 1º Considera-se reincidência o cometimento de nova infração."

Art. 3º Modifica o *caput* do art. 2º da Lei nº 14.954, de 19 de novembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS será cancelada de ofício no cometimento das infrações a que se refere o art. 1º.”

Art. 4º Fica suprimido o § 1º do art. 2º da Lei nº 14.954, de 19 de novembro de 2009.

Art. 5º Modifica o § 1º do art. 7º da Lei nº 14.954, de 19 de novembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º .....

§ 1º A lacração e interdição de tanque ou bomba não poderá exceder o período de 30 (trinta) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa ou judicial.”

Art. 6º Modifica a Multa do inciso V do art. 10-B da Lei nº 14.954, de 19 de novembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10-B .....

.....

V- .....

MULTA de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) por equipamento que será graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida, a condição econômica do infrator e os seus antecedentes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**Deputado Carlos Chiodini**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 21/06/18*

#### JUSTIFICATIVA

No Balanço Anual de Fiscalização do abastecimento nacional de combustíveis, publicado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para o exercício de 2017, consta que 4% (quatro por cento) dos autos de infração foram motivados por fraude metrológica, alcançando um ponto percentual superior a 2016.

Essa prática, vulgarmente intitulada de “bomba-baixa”, ocorre quando a bomba registra quantidade de combustível superior à efetivamente fornecida, onerando o consumidor com o pagamento de combustível não abastecido.

Do total das interdições protagonizadas pela ANP em 2017, 19% (dezenove por cento) foram devido a essa infração.

Lamentavelmente, as inovações tecnológicas permitiram a grupos criminosos o desenvolvimento de sistemas eletrônicos de difícil percepção, até mesmo acionados remotamente, a fim de fraudar consumidores e despistar a fiscalização.

A fim de inibir essa prática prejudicial a toda economia catarinense, proponho a inclusão da prática de “bomba-baixa” na Lei nº 14.954, de 19 de novembro de 2009, que “Dispõe sobre a fiscalização e coibição da comercialização irregular de combustíveis e adota outras providências” e outras alterações que melhoram e agravam a punição por estas infrações e crimes.

A referida Lei, sancionada em 2009, combate a prática de adulteração de combustíveis, no entanto, à época, a “bomba-baixa” não era amplamente conhecida, motivo pelo qual não é combatida pelo dispositivo legal.

Portanto, com o condão de desestimular tal infração, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei.

**Deputado Carlos Chiodini**

\* \* \*

#### REDAÇÃO FINAL

#### Emenda Substitutiva Global ao PL./0116.1/2016

Acresce os arts. 131-L, 131-M e 131-N à Lei 14.675, de 13 de abril de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Art. 1º Fica acrescido os arts. 131-L, 131-M e 131-N à Lei 14.675, de 13 de abril de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 131-L. Não será destinado recurso à criação de novas unidades de conservação que necessitem de posterior regularização

fundiária, enquanto as unidades de conservação existentes não estiverem totalmente regularizadas.

Parágrafo único. Os órgãos estaduais, somente poderão manifestar-se favoravelmente à criação de novas unidades de conservação pelos Municípios ou pela União, que necessitem de posterior regularização fundiária, se as existentes, de competência do respectivo proponente, estiverem totalmente regularizadas.

Art. 131-M. Os imóveis inseridos no interior de Unidade de Conservação de Proteção Integral não indenizados, não sofrerão restrições administrativas de uso apenas em razão desta inserção, devendo, todavia, cumprir as demais normas aplicáveis à qualquer propriedade particular e estarão sujeitos à fiscalização ambiental do órgão gestor da Unidade de Conservação.

§ 1º Os representantes de órgão estadual nos Conselhos Gestores de Unidade de Conservação deverão cumprir e fazer cumprir as disposições contidas neste artigo, sob pena de responsabilização pessoal.

§ 2º As concessionárias de serviço público de saneamento e energia não poderão se recusar a fornecer os serviços essenciais em razão da inserção de imóvel não indenizado no interior de unidade de conservação.

§ 3º O zoneamento de unidade de conservação estadual, de uso sustentável, deverá ser feito por lei ou decreto.

§ 4º O plano de manejo de unidade de conservação de uso sustentável deverá buscar a potencialização do zoneamento estabelecido.

§ 5º Ressalvadas as restrições administrativas de uso previstas em lei, o zoneamento e o plano de manejo de unidades de conservação de uso sustentável ou zona de amortecimento de unidade de conservação de proteção integral não poderão provocar o esvaziamento do conteúdo econômico da propriedade, sendo vedada a criação de novas áreas de preservação permanente por norma infralegal.

§ 6º As medidas compensatórias decorrentes da supressão vegetal deverão ser executadas, prioritariamente, em unidades de conservação. Mediante manifestação de interesse do licenciado em aplicar medida em unidade de conservação estadual, o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) deverá indicar áreas disponíveis e as demais diretrizes à execução da medida, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da solicitação.

Art. 131-N. Fica assegurada às unidades de conservação estaduais do grupo de proteção integral, exceto Estação Ecológica e Reserva Biológica, a busca da sua autossustentabilidade financeira por meio da exploração de atividades de turismo ecológico e de recreação, inclusive por meio da instalação de acessos com veículos motorizados, edificação de hospedagem e demais equipamentos necessários, sem prejuízo de outras permissões constantes do plano de manejo ou outro instrumento de disciplinamento do uso.

Parágrafo único. Os recursos advindos da exploração econômica nas áreas de domínio público devem ser utilizados na unidade de conservação que o gerou, cuja aplicação deve seguir o mesmo procedimento utilizado para as verbas de compensação ambiental prevista no art. 36 da Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

**Deputado Valdir Cobalchini**

APROVADO EM 1º TURNO

Sessão de 13/06/2018

#### JUSTIFICATIVA

Há vários exemplos de unidades de conservação ambiental (uc's) de proteção integral em Santa Catarina onde o processo de regularização fundiária ainda não aconteceu, como é o caso do Parque Estadual do Tabuleirpo, Parque Nacional de São Joaquim, Parque Nacional das Araucárias etc.

Ocorre que logo após o ato de criação da unidade, uma série de restrições são impostas pelos órgãos gestores aos proprietários dos terrenos, causando severas dificuldades para o uso econômico das áreas, tais como o não fornecimento de serviços públicos de energia elétrica e de saneamento básico, impedimento à regular manutenção de estradas, retirada de cercas, etc.

Isso trata-se de um verdadeiro abuso administrativo, acarretando graves problemas sociais, cujos quais o projeto de lei de nossa autoria pretende eviyar. Em verdade, o que se pretende através de lei é regrar o período de transição, ou seja, enquanto não receber a justa indenização que lhe é devida, o proprietário das terras atingidas por uma unidade de conservação permanecerá com todos os direitos sobre a mesma.

Indubitavelmente, a referida providência se faz justa na medida em que a simples criação de uma unidade de conservação sem a respectiva indenização dos proprietários, fere o direito constitucional de propriedade.

Também, buscando evitar o agravamento do problema, é fundamental que não existiam novas manifestações favoráveis do Governo Estadual à criação de outras unidades de conservação de

proteção integral enquanto a questão fundiária das unidades de conservação existentes em Santa Catarina, ressalte-se, não estiverem solucionadas ou regularizadas na forma legal.

Impede trazer a lume que optamos por apresentar essa emenda substitutiva global haja vista a constatação a posteriori de um necessário aprimoramento da ideia original, adequando a nossa iniciativa legislativa parlamentar às reais exigências de um meio ambiente sustentável e ecologicamente equilibrado para todos, a teor do artigo 225 da Constituição Federal.

Quanto ao teor da presente emenda substitutiva global, a apresentamos no intuito de aprimorar o projeto de lei original também de nossa autoria, ou seja, acrescentando a este que as medidas compensatórias decorrentes da supressão vegetal deverão ser executadas, prioritariamente, em unidades de conservação e que, mediante manifestação de interesse do licenciado em aplicar medida em unidade de conservação estadual, a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA) deverá indicar áreas disponíveis e as demais diretrizes à execução da medida, no prazo de 30 dias a contar da solicitação. Com a presente emenda, fica também assegurada às unidades de conservação estaduais do grupo de proteção integral, exceto Estação Ecológica e Reserva Biológica, a busca da sua auto sustentabilidade financeira por meio da exploração de atividades turismo ecológico e de recreação, inclusive por meio da instalação de acessos com veículos motorizados, edificação de hospedagem e demais equipamentos necessários, sem prejuízo de outras permissões constantes do plano de manejo ou outro instrumento de disciplinamento do uso.

Por fim, em se tratando de unidades de conservação de uso sustentável, pretende-se evitar que novas áreas de preservação permanente sejam criadas por instrumentos infralegais, como é o caso do plano de manejo das memas.

Em suma, o presente projeto de lei deseja regrar situações associadas às unidades de conservação ambiental de Santa Catarina, procurando reduzir os problemas sociais gerados, contribuindo para um meio ambiente equilibrado e viável para todos.

Por outro lado, alvítra ressaltar que não procede a alegação constante nestes autos de que o Projeto de Lei nº 0116/2016, de nossa autoria e ora objeto de emenda substitutiva global, padece de vício de inconstitucionalidade, porquanto, segundo consta, não gerará despesa para o governo estadual e tampouco tem o escopo de invadir a competência deste no que pertine à proteção do meio ambiente; e, muito menos, data venia, segundo o entendimento equivocado da douta Procuradoria Geral do Estado, de malferir o artigo 225 da Constituição Federal e os artigos 32, 50, § 2º, inciso VI, e 71, inciso IV, alínea "a", da Constituição Estadual, porquanto trata-se de um instrumento legal que contribui para a garantia de um meio ambiente equilibrado em benefício de todos e não compromete a harmonia entre os Poderes do Estado ou a competência privativa do Governador ao arrepio da Constituição Estadual.

Assim, estreme de dúvidas a relevância desta matéria, razão pela qual temos certeza que contaremos com o apoio integral dos nobres parlamentares com assento nesta Casa de Leis, aprovando sem ressalvas esta nossa emenda substitutiva global ao Projeto de Lei nº 0116/2016.

Por essas razões, submetemos à elevada consideração a apreciação de Vossas Excelências a proposição em epígrafe, esperando, ao final, o acolhimento e a aprovação da matéria aqui focada.

Sala das Sessões, em

**Deputado Valdir Cobalchini**

#### **EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0116/2016**

No art. 1º da Redação Final do Projeto de Lei nº 0116/2016, proceda-se a seguinte alteração:

Onde se lê:

"Art. 131-M.

.....  
§ 6º... Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA) ..."

Leia-se:

"Art. 131-M.....

.....  
§ 6º... Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA) ..."

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de junho de

2018.

Deputado **JEAN KUHLMANN**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

#### **JUSTIFICATIVA**

A presente Emenda à Redação Final tem por objetivo adequar a Redação Final do Projeto de Lei nº 0116/2016 à alteração da denominação da autarquia promovida pela Lei nº 17.354, de 20 de dezembro de 2017.

#### **REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 116/2016**

Acresce os arts.131-L, 131-M e 131-N à Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam acrescidos os arts. 131-L, 131-M e 131-N à Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 131-L. Não será destinado recurso à criação de novas unidades de conservação que necessitem de posterior regularização fundiária, enquanto as unidades de conservação existentes não estiverem totalmente regularizadas.

Parágrafo único. Os órgãos estaduais, somente poderão manifestar-se favoravelmente à criação de novas unidades de conservação pelos Municípios ou pela União, que necessitem de posterior regularização fundiária, se as existentes, de competência do respectivo proponente, estiverem totalmente regularizadas.

Art. 131-M. Os imóveis inseridos no interior de Unidade de Conservação de Proteção Integral não indenizados, não sofrerão restrições administrativas de uso apenas em razão desta inserção, devendo, todavia, cumprir as demais normas aplicáveis à qualquer propriedade particular e estarão sujeitos à fiscalização ambiental do órgão gestor da Unidade de Conservação.

§ 1º Os representantes de órgão estadual nos Conselhos Gestores de Unidade de Conservação deverão cumprir e fazer cumprir as disposições contidas neste artigo, sob pena de responsabilização pessoal.

§ 2º As concessionárias de serviço público de saneamento e energia não poderão se recusar a fornecer os serviços essenciais em razão da inserção de imóvel não indenizado no interior de unidade de conservação.

§ 3º O zoneamento de unidade de conservação estadual, de uso sustentável, deverá ser feito por lei ou decreto.

§ 4º O plano de manejo de unidade de conservação de uso sustentável deverá buscar a potencialização do zoneamento estabelecido.

§ 5º Ressalvadas as restrições administrativas de uso previstas em lei, o zoneamento e o plano de manejo de unidades de conservação de uso sustentável ou zona de amortecimento de unidade de conservação de proteção integral não poderão provocar o esvaziamento do conteúdo econômico da propriedade, sendo vedada a criação de novas áreas de preservação permanente por norma infralegal.

§ 6º As medidas compensatórias decorrentes da supressão vegetal deverão ser executadas, prioritariamente, em unidades de conservação. Mediante manifestação de interesse do licenciado em aplicar medida em unidade de conservação estadual, o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) deverá indicar áreas disponíveis e as demais diretrizes à execução da medida, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da solicitação.

Art. 131-N. Fica assegurada às unidades de conservação estaduais do grupo de proteção integral, exceto Estação Ecológica e Reserva Biológica, a busca da sua autossustentabilidade financeira por meio da exploração de atividades de turismo ecológico e de recreação, inclusive por meio da instalação de acessos com veículos motorizados, edificação de hospedagem e demais equipamentos necessários, sem prejuízo de outras permissões constantes do plano de manejo ou outro instrumento de disciplinamento do uso.

Parágrafo único. Os recursos advindos da exploração econômica nas áreas de domínio público devem ser utilizados na unidade de conservação que o gerou, cuja aplicação deve seguir o mesmo procedimento utilizado para as verbas de compensação ambiental prevista no art. 36 da Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de junho de 2018.

Deputado **JEAN KUHLMANN**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\* \* \*